

O PROCESSO DE CASSAÇÃO: Advogado do senador estuda recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra voto aberto

ACM: 'O relator exorbitou de suas funções'

Antonio Carlos afirma que supostas falhas no parecer de Saturnino vão favorecer a sua defesa no conselho

Fotos de Ailton de Freitas

Diana Fernandes
e José Augusto Gayoso

• BRASÍLIA. Menos abatido que o dia anterior, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) classificou como ilegal, absurdo, uma aberração jurídica e uma peça política fraca, o relatório do senador Saturnino Braga (PSB-RJ) sobre o caso da violação do painel, apresentado ontem ao Conselho de Ética do Senado. Mas acredita que as falhas que apontou vão facilitar a sua defesa, que inclui a apresentação de voto em separado (uma alternativa à proposta do relator) na apreciação do parecer, na próxima quarta-feira.

— O relatório vai favorecer a nossa defesa, porque foi muito malfeito e está eivado de falhas. O relator exorbitou de suas funções no conselho ao propor punição quando afirma, no mesmo relatório, que a verdade ainda está para ser desvendada. É incoerência — afirmou Antonio Carlos após assistir, de seu gabinete no Senado, à sessão do Conselho de Ética.

Antonio Carlos criticou também a decisão do presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), de manter o voto aberto na sessão de quarta-feira.

— O Tebet errou. O voto aberto no conselho é uma aberração, mas não sei ainda se vamos à Justiça para garantir o voto secreto.



ORNÉLAS (À ESQUERDA), na frente de Márcio Thomaz Bastos, e Paulo Souto (à direita) no Conselho de Ética

O advogado do senador baiano, Márcio Thomaz Bastos, confirmou que está sendo analisada a hipótese de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o voto aberto.

Para tentar evitar a abertura do processo de cassação, o PFL e os senadores carlistas estão preparando um voto em separado para apresentar ao Conselho de Ética. O voto vai propor uma punição mais leve para Antonio Carlos e, em vez de cassação, apresentaria a proposta de suspensão temporária do mandato por um

período entre 90 e 120 dias. Os entendimentos têm o aval de Antonio Carlos e as costuras, segundo os carlistas, estão sendo feitas pelo presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC).

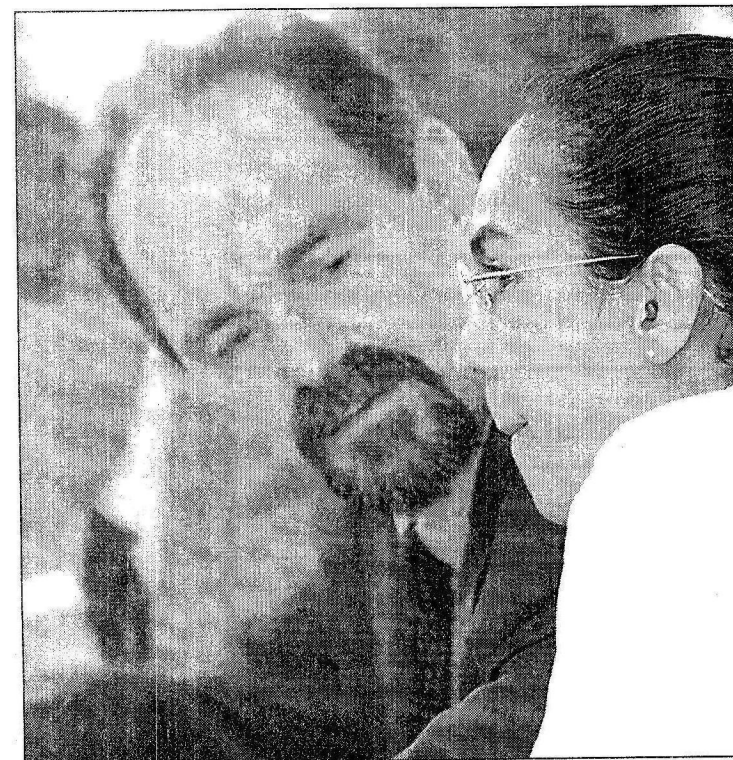
FH diz que não tentou salvar ACM e Arruda

O presidente Fernando Henrique não quis se pronunciar especificamente sobre o pedido de cassação de Antonio Carlos e de José Roberto Arruda (sem partido-DF), mas disse que não participou de qual-

quer acordo para salvá-los da punição máxima.

— O presidente nega que tenha feito qualquer gestão a favor ou contra quem quer que seja, em assunto que é exclusivo do Senado — disse o porta-voz da presidência, Georges Lamazière.

A decisão pela votação aberta e a inclusão da palavra cassação no relatório de Saturnino foram os pontos centrais que provocaram forte reação entre os aliados de Antonio Carlos como o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA):



JOSÉ EDUARDO DUTRA conversa com Heloísa Helena durante a sessão

— É a Inquisição de volta, só que no lugar da fé estão usando uma opinião pública manipulada para criar um clima pela cassação.

Mesmo entre os pefelistas mais moderados, a reação à decisão de fazer a votação aberta foi criticada.

— Se o relator já explicitou a pena e ela é a cassação, estaremos votando um pedido de cassação. Cabe um recurso jurídico — disse o senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

A oposição gostou. O líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro

(BA), apoiou tanto o relator quanto a decisão de Tebet.

— Os senadores reagiram à altura da expectativa da população. Agora nos cabe continuar mobilizando a opinião pública — disse o líder.

A OAB criticou a manobra dos aliados de Antonio Carlos, que pediram vista do relatório. Seu presidente, Rubens Approbato, disse que a estratégia visa a adiar a punição. ■

COLABORARAM Ana Paula Macedo e Liége Albuquerque, do Globo On Line